

**CRISE DO MARXISMO NO BRASIL: BREVE EXPLANAÇÃO**

## CRISIS OF MARXISM IN BRAZIL: BRIEF EXPLANATION

## CRISIS DEL MARXISMO EN BRASIL: BREVE EXPLANACIÓN

*Robson Ferreira Farias<sup>1</sup>***RESUMO**

O artigo aspira traçar, de modo sintético, uma compreensão sobre alguns dos principais processos atravessados pelo marxismo no Brasil. Primando, especialmente, por destacar a relação entre marxismo e partido comunista, marxismo e universidade, marxismo e crise. O esforço metodológico se ancorou sobre uma incipiente inspeção da literatura específica em torno do tema. A conclusão principal a que chegamos foi a de que, conquanto seja inegável a ocorrência de um paroxismo envolvendo a corrente marxista no transcurso de nossa história nacional, não se deduz daí que tal crise sugira algo definitivo, seja ela de todo estranha à tradição marxista e invalide a possibilidade de reestruturação dialética do materialismo histórico.

**Palavras-chave:** Marxismo no Brasil. Crise. Universidade.

**ABSTRACT**

The fundamental aim was to outline, in a synthetic way, an understanding of some of the main processes that Marxism in Brazil has undergone. Primarily, especially, for highlighting the relationship between Marxism and the Communist Party, Marxism and the university, Marxism and crisis. The methodological effort was anchored on an incipient inspection of the specific literature around the theme. The central conclusion we have reached is that, although a paroxysm involving the Marxist current in the course of our national history is undeniable, it does not follow that such a crisis suggests something definitive, or to the Marxist tradition and invalidate the possibility of dialectical restructuring of historical materialism.

**Keywords:** Marxism in Brazil. Crisis. University.

**RESUMEN**

El desiderato de fondo consistió en perfilar, de modo sintético, una comprensión sobre algunos de los principales procesos atravesados por el marxismo en Brasil. Primando, principalmente, por destacar la relación entre marxismo y partido comunista, marxismo y universidad, marxismo y crisis. El esfuerzo metodológico se ancló sobre una incipiente inspección de la literatura específica en torno al tema. La conclusión central a la que llegamos es que, si bien es innegable la ocurrencia de un paroxismo envolviendo la corriente marxista en el transcurso de nuestra historia nacional, no se deduce de ahí que tal crisis sugiera algo definitivo, sea ella de todo extraña a la tradición marxista y invalide la posibilidad de reestructuración dialéctica del materialismo histórico.

**Palabras clave:** Marxismo en Brasil. Crisis. Universidad.

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará

## 1. INTRODUÇÃO

Instigados pela trajetória analítica levada a cabo pelo historiador britânico Perry Anderson em seu livro “A Crise da Crise do Marxismo” (1987), dispomo-nos a entender como se desdobrou a crise do marxismo no Brasil e como esse desdobramento, no campo teórico, está calcado nas contradições e metamorfoses que assolaram a base material do país. No mais, vislumbra-se demonstrar a possível conexão concreta e dialética existente entre a dinâmica da luta de classes e a dinâmica que se expressa nas projeções culturais e teóricas.

O mote diferencial da teoria marxista é, como lembra Anderson (1987), sua estreita vinculação com a prática política. Com efeito, a interpenetração dialética entre teoria revolucionária e movimento revolucionário, tão argutamente desenvolvida por Lênin, constitui o ponto de partida para principiarmos uma análise acerca da suposta crise do marxismo no Brasil.

Algumas implicações referenciais se avultam dessa primeira assunção. A principal a ser sublinhada seria a de que uma possível reclusão do marxismo – “um método de análise e método de ação”, no dizer do educador soviético Moisey Pistrak (1981) – nos liames do âmbito acadêmico-universitário já representariam, *per se*, dado seu aparente afastamento com o movimento social revolucionário correspondente, um paroxismo.

Como o terreno a ser perscrutado é bastante arenoso, complexo e amplo, torna-se sensato empreender certa delimitação das balizas investigativas que nortearão nossa abordagem. Nesse sentido, a considerada ‘crise’ do marxismo no Brasil, precisa ser enquadrada, neste caso, em uma dupla dimensão: 1) seu paroxismo a partir da falência do movimento comunista, especialmente a derrocada do Partido Comunista Brasileiro na construção da revolução socialista; 2) o escanteamento sofrido pela teoria crítica marxista no seio dos aparelhos formativo-culturais nacionais (instituição universitária, sobretudo).

Na primeira seção, esboçamos um sucinto balanço sobre a atuação política e social do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ressaltando as possíveis controvérsias internas e debilidades apresentadas nesse processo. Na segunda seção, buscamos analisar as alterações na linha programática da organização durante a década de 1950, enfocando a estratégia da “frente ampla nacional-democrática”. Na terceira, inflexionamos para o caso de uma certa incorporação acadêmica do marxismo. No mesmo ensejo, destina-se a parte quarta a uma breve exposição sobre o presença do marxismo na universidade. Por fim, ficam as partes quinta e sexta reservadas à problemática entre processo de redemocratização, marxismo e crise.

## 2. PC BRASILEIRO E MARXISMO NO BRASIL – PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Em nosso território, o marxismo passa a adquirir consistência social a partir da instabilidade da burguesia agrocomercial, fincada na exportação de bens primários para os mercados estrangeiros, a qual sofre poderoso baque doravante: a eclosão do *Crash de 1929* nos Estados Unidos – principal comprador do café brasileiro. Por assim dizer, seguindo a trilha investigativa de Marcos Del Roio, é plausível entender que a consolidação<sup>2</sup> do Partido Comunista (PC) no país vem como um desdobramento dialético da crise da acumulação do capital mercantil (DEL ROIO, 2007, p. 19), que permitiu a emergência das frações burguesas voltadas à sedimentação da indústria nacional, elevando, nesse movimento, tanto quantitativa quanto qualitativamente, as fileiras do proletariado urbano - antes, bastante incipiente.

Decerto, a gênese do movimento operário no Brasil não é concomitante à gênese do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Este não é a causa daquele. Com efeito, as correntes anarquistas, cujas ideias e ação chegam ao país através dos fluxos de imigrantes oriundos da Europa, antecedem a participação dos comunistas na mobilização dos contingentes obreiros.

O surgimento de um partido comunista brasileiro, cristalizado formalmente em março de 1922, atendia ao imperativo de “renovação” da prática política que ora predominava nos meios sindicais. Demonstrando-se, segundo os fundadores do Partido, insuficiente para elevar a classe trabalhadora à posição de agente revolucionário.

O dissídio então enunciado tinha por alvo fundamental o movimento anarquista, além da vertente anarcossindicalista. Assim, entre as principais divergências sublinhadas entre estes e os comunistas de influência marxista, no período, estavam, por exemplo, o modo de

---

<sup>2</sup> É importante destacar o emprego do termo “consolidação”, a fim de não se confundir com “criação”, uma vez que não seria centralmente pertinente atribuir à referida instabilidade estrutural de ordem econômica – crise da oligarquia agroexportadora – o decisivo motor para a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em março de 1922. Com efeito, fatores de outra monta – ideológicos, políticos, contingenciais - estiveram presentes. Por exemplo, como aduzido em artigo de Del Roio (2007), agiram como poderosos gatilhos para que a existência dessa organização viesse a ser consumada neste momento específico: 1) a proximidade de alguns ‘comunistas’ brasileiros, como o pioneiro Astrojildo Pereira (1890-1965), com o Partido Comunista Argentino, o qual à época era talvez o principal satélite latino-americano da Internacional Comunista; 2) os influxos da revolução bolchevique de 1917, cujas reverberações ainda ressoavam mundialmente, apesar dos fracassos revolucionários sofridos em outros países europeus – como na Alemanha (1918-1919), e Hungria (1919) -, além, é claro, 3) da diligência de renovação marxista do movimento operário, que impelia alguns a reunirem esforços afastando-se da linhagem anarquista e anarcossindicalista, bem como se desvencilhando dos resquícios da social-democracia europeia, tornada alvo de virulentas críticas após a emergência da III Internacional, doravante 1919.

encarar a estratégia bolchevista na consecução revolucionária, a divergência dos anarquistas pelo “centralismo democrático” herdado de Lênin, bem como pela forma “partidária” de organização. Enquanto, do outro lado, os comunistas criticavam as táticas “voluntaristas” e “pouco organizadas” encetadas pelos primeiros.

Esse impasse perdura pelos primeiros anos de constituição dessa organização, testando a tenacidade dos incipientes grupos comunistas em demarcar o carácter marxista da nascente formação partidária. Na virada da década, começo dos anos 1930, o cenário tende a assumir outras características, mediante o curso efervescente que a dinâmica social, econômica e política viera a atingir no período. Por exemplo, a eclosão da Intentona Comunista, em 1935, evento que contou com o coadjuvante apoio do Partido, uma vez que o nome à frente da arrojada tentativa de golpe no governo getulista era o de Luís Carlos Prestes, sustentado pelos quadros de militares sensíveis a seu comando.

Sob outro aspecto, ressalta-se que durante a primeira parcela do século XX, o Partido Comunista Brasileiro, tinha cooptado sob o seu baluarte institucional inúmeras revistas, jornais e, sobretudo, intelectuais engajados na atividade política de difusão de ideias marxistas no Brasil. Sem obviamente desconsiderar a constante e cruenta ofensiva do bloco de classe dominante contra o desenvolvimento do comunismo em território pátrio, é preciso admitir que sua inserção na luta de classes cultural era relativamente formidável, a partir de um olhar atual.

Curiosa observação, amiúde suscitada em tom de crítica, é a de que o “marxismo-leninismo” fora incorporado e, conseqüentemente, disseminado pelos flancos ideológico-culturais do Partido, muito antes de se consumir a tradução e difusão das obras do próprio Marx e de Engels.

Nas palavras do pesquisador Antônio Albino Canelas Rubim:

Leandro Konder reconhece que ‘[...] o acesso direto a seus [de Marx e Engels] escritos era quase impossível naqueles anos’. Mesmo após a Revolução de 30, a situação não se modificara. Caio Prado Jr. confirma isso em entrevista: ‘procurei aqui em São Paulo alguns livros de Marx, como O Capital, e não pude encontrar. Ninguém nas livrarias sabia o que era isso’ (RUBIM, 2007, p. 398).

Nesse sentido, cabe ainda ressaltar que o cabedal de diretrizes para implementação da política de “classe contra classe”, pautada no declarado combate ao fascismo e de constante vigília contra o oportunismo das tendências social-democratas, doravante tratadas como ‘social-fascistas’, então emitido pela Internacional Comunista, após a vitória da fração stalinista, em 1929, concorreu para cristalizar a reformulação interna dos quadros dos PCs.

Um dos corolários dessa tônica, acatada integralmente pelos dirigentes do PCB, culminou na expulsão de grande parte dos intelectuais filiados, processo que ficou conhecido por “proletarização”<sup>3</sup>.

### 3. A NOVA LINHA (DE FRENTE AMPLA) INSTAURADA PELO PCB E O NACIONALISMO-DEMOCRÁTICO

O XX Congresso da URSS, realizado em 1956, três anos após a morte de Josef Stálin, fomenta reverberações internacionais generalizadas. Com o PC brasileiro não foi diferente. Inúmeros intelectuais se dissociaram do PC, alguns passando a efetuar ações políticas paralelas, e outros, transmutando-se em vigorosos anticomunistas. No mais, esse episódio é tido como um dos significativos divisores de água por trás da virada política deflagrada, subsequentemente, pelo partido.

Ingressando na universidade e influenciando vários aparelhos culturais (inclusive governamentais), a cultura marxista – cujo raio de ação começava a transcender o âmbito do PCB – foi obrigada a se diversificar, a se abrir para o debate *Diamat* soviético. Embora a direção do PCB não tenha promovido essa renovação, o fato é que não antepôs obstáculos a seu encaminhamento por parte de alguns jovens intelectuais então ligados ao partido [...]. (COUTINHO, 2007, p. 154).

A diligência de alguns dos intelectuais comunistas em traduzir as obras de Lukács e Gramsci para o português parecia atender a uma premente demanda de reação política, preconizando, na conjuntura, a via cultural como instância por excelência da luta de classes. O ascenso da pungente e prolongada repressão inaugurada pelo golpe de abril de 1964, impôs severas baixas à esquerda militante e ao movimento comunista no geral. O programa traçado pelo PC em 1958 – encabeçando as alianças de Frente Ampla nacional-democrática com frações ‘progressistas’ da burguesia industrial – imprimia uma estratégia alternativa à linha leninista-revolucionária, de assalto direto e metódico ao aparelho do Estado.

A propósito dessa ‘fusão interclassista’ consolidada pelo PCB, salienta-se que ela serviu de esteio para progressivos, mas não inauditos, rachas no seio do Partido. A denegação das “estratégias insurrecionais” faz com que vários membros se desvinculassem da organização (FREDERICO, 2007, p. 338-339). É ela que renderia ao Partido Comunista Brasileiro a alcunha de “reformista” ou “traidor do povo”.

Por outro lado, essa inflexão da práxis política ao cultural promovera, no caso brasileiro, uma considerável fermentação ideológica (em sentido lato) da esquerda no país.

<sup>3</sup> Vide, artigo escrito por Álvaro Biachi no site *Junho Blog*, sobre a questão. <http://blogjunho.com.br/a-proletarizacao-do-pcb-pequena-cronica-de-um-golpe-burocratico-1930-1934/>, acesso em 25/09/2019.

Procedimento que nos memora, aliás, o descrito por Anderson (1987) no que concerne aos processos ocorridos na Europa latina (França, Espanha, Itália, Hungria), no decurso do pós-I-Guerra, e que deu origem a um ‘novo’ estilo de marxismo, denominado pelo historiador inglês de Marxismo Ocidental.

#### **4. O ECLIPSE DO INTELECTUAL... O FLORESCIMENTO DO ACADÊMICO – A LEITURA FRANCO-USPIANA DE MARX**

Paulo Arantes, na sua célebre conceituação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e grande parte da produção filosófica nela engendrada, como um “departamento francês de ultramar” – terminologia que toma emprestada de Michel Foucault, que a professa durante uma palestra dada no Brasil por volta da década de 1960 -, conduz-nos a refletir criticamente sobre os desdobramentos do marxismo no campo da filosofia acadêmica. Isso se deu durante a década de 1960 e teve como núcleo o grupo de estudo d’O Capital, criado em 1958 sob liderança e orientação do filósofo José Arthur Giannotti, seguido por Fernando Novais, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Bento Prado Jr, entre outros.

As repercussões que as teses daí derivadas terão na sedimentação de uma certa matriz interpretativa de Marx, doravante, foram significativas. Basta lembrar que com acentuada frequência se vê, no mundo das produções acadêmicas – das ciências sociais –, ao tratar de Teoria da Dependência, a noção do “capitalismo dependente e associado” de Fernando Henrique Cardoso soterrando a linhagem, deveras crítica, da Teoria Marxista da Dependência.

Por outro lado, conforme assinala Arantes (2007), a “marxiologia” desenvolvida por alguns estudiosos da Universidade de São Paulo (USP)<sup>4</sup>, cuja progenitura foi a organização desse Seminário, acabou blindando a sociologia paulista contra os influxos das teses estruturalistas de Althusser, efervescentes à época. (Idem, p. 169). Não obstante, Jacob Gorender em seu livro *Combate nas Trevas* (GORENDER, 1987), aventa que: “Nos anos 70, o estruturalismo apareceu inteiramente como escolástica e floresceu nos meios universitários brasileiros, adaptado à censura ditatorial pela eliminação de qualquer elemento revolucionário” (Idem, p. 85).

---

<sup>4</sup> A germinação consumada pelos principais integrantes do Seminário (1958), representou, por assim dizer, o ‘nosso marxismo ocidental’, uma vez que ele encerrava em seu escopo tanto o afastamento da práxis política revolucionária, quanto uma reconsideração do objeto de análise e de crítica. Ademais, o ecletismo era um de seus salientes traços.

O grupo d'O Capital é erigido à revelia do PCB, do 'marxismo-leninismo' e, a rigor, até do próprio Lênin. Acrescenta-se, numa palavra, contra a militância subversiva. Por isso não parece exagerado circunscrever neste agregado uspiano de estudiosos o ponto nevrálgico da "academização do marxismo" no Brasil.

Explanando a contundente crítica levantada por José Chasin posteriormente sobre o patrono do Seminário – José Arthur Giannotti – coloca-se o seguinte acerca de sua leitura da *opus magnum* de Marx:

[...] para o dissidente da analítica paulista, Giannotti força a mão, produzindo uma derrapagem que faz abstração da história e das lutas sociais que se desenvolveram entre trabalho e capital. Detecta-se a ausência de revoluções no pensamento de Giannotti (FILHO, 2013, p. 25).

Sob plano análogo, é nesta conjuntura que captamos o caráter premente de imposição, pelo aparato burocrático-ditatorial recém-instalado, de uma (contra) reforma universitária, em 1968, a fim de estorvar violentamente um processo nacional-popular de educação e libertação que se vinha sedimentando.

A contrarrevolução consolidada no Brasil, a partir de 1964, tratou de erradicar, uma por uma, todas as frentes de radicalismo político erigido e mais ou menos condensado nas Reformas de Base do governo João Goulart. Neste bojo, a Reforma Universitária de 1968, ancorada em bases tecnocrático-disciplinares, contidas no Plano Atcon e Relatório Meira Mattos, sintetiza o golpe deflagrado contra os auspícios da edificação de uma nova cultura e de uma nova intelectualidade, prefiguradas no projeto da "universidade necessária", elaborado por Darcy Ribeiro.

Maria de Lourdes Fávero (1991), em seu estudo sobre o caso, assevera que o objetivo primordial da "modernização" das instituições de ensino superior no período atendia a um cabedal de demandas – políticas e econômicas – despertadas tanto pelas frações da burguesia interna, quanto pelos desígnios do imperialismo norte-americano.

[...] com as medidas oficiais parciais que antecederam a reforma de 1968, e a própria reforma, a educação passou a ser encarada como formação de mão-de-obra para o mercado, concebida como capital, era investimento e, portanto, devia gerar lucro social. (FÁVERO, 1991, p.16).

Complementar fito se configurava na esterilização política do pensamento crítico que aspirava, nos interstícios da luta de classes então travada, a reformulação radical do sistema universitário brasileiro.



## 5. EXISTE UMA PREDOMINÂNCIA DO MARXISMO NA UNIVERSIDADE?

A avaliação realizada por Celso Frederico (2007) referente à recepção da obra de Lukács no Brasil e, mais especificamente, os primeiros floreios de trabalhos sobre ele ensejados na universidade brasileira, fornecem-nos valiosas pistas acerca da suposta presença da matriz de pensamento marxista – a despeito de suas vertentes – no seio da academia.

Foi somente durante a polarização política e ideológica vigente no pré-64 que Marx começou a ser visto como um autor digno de atenção [...] A formação do arsenal teórico da sociologia praticada inicialmente na USP incluía Durkheim, Weber, Marx e o estruturo-funcionalismo americano. Marx, assim, era um autor importante citado elogiosamente como um ‘clássico da sociologia alemã’, e não como o criador do materialismo histórico. (FREDERICO, 2007, p. 214; 216).

Em vereda similar, com base no levantamento feito pela antropóloga Sulamita Vieira acerca dos “Caminhos das Ciências Sociais na UFC” (VIEIRA, 2016), pode se sublinhar que, no mapa das monografias defendidas entre 1978 e 2012, apenas 11 num total de mais de 200 contém no título algum tipo de referência a categorias analíticas comuns ao marxismo<sup>5</sup>, são elas: Família Operária: unidade de consumo e reprodução da força de trabalho (1981); Força de trabalho acidentada na luta pela sobrevivência (1982); Mobilização de camponeses num processo de expropriação; Caso Siupé (1982); Capitalismo monopolista e pequenas e médias empresas no Brasil (1985); A greve dos operários metalúrgicos de Fortaleza; (1979); Consciência e classe operária no Nordeste (1985); O Artesanato no capitalismo: o labirinto de Canoa Quebrada (1986); O Estado, a Democracia e a transição socialista (1988); Socialismo e Democracia: as duas faces da liberdade (1989); O método materialista de Karl Marx e a concepção metodológica de Max Weber: contribuições para uma teoria do conhecimento sociológico (1992); A inversão da noção de homem n’O Capital (1998); e, por fim, Momentos da construção da teoria política marxista (1999) (VIEIRA, 2016).

No que diz respeito às dissertações de mestrado apresentadas durante o mesmo intervalo de tempo, o quadro pouco se altera. Em mais de 200 contabilizadas no levantamento, somente nove se encontram situadas no eixo classes-capital-trabalho.

Rastrear o grau de penetração dos novos quadros referenciais balizadores das produções teóricas de cientistas sociais brasileiros configura-se num mister que exige empenho não possível de ser realizado aqui. Isso não nos impede, todavia, de erguer certas hipóteses, *a priori*, prenhes de significativa plausibilidade.

<sup>5</sup> Por exemplo, “modo de produção”, “relações de produção”, “forças produtivas”, “classes sociais”, “proletariado”, “práxis revolucionária”, “totalidade”, “dialética” etc.



Especula-se que o *mainstream*, atualmente, norteador da nossa *intelligentsia* acadêmica, pelo menos no terreno da sociologia, sejam certas variantes decorrentes da Teoria da Prática elaborada na extensa obra do francês Pierre Bourdieu. Ou mesmo traços do estruturalismo. No campo da antropologia, parecem vingar mais variantes do pós-estruturalismo, também francês, aportado nas obras de Gilles Deleuze, Félix Guattari, Jacques Derrida e Michel Foucault. E, na seara da Ciência Política, cogita-se ser um paradigma de força crescente a Teoria da Ação Coletiva, ancorada no racional-utilitarismo da tradição analítica norte-americana.

## 6. REDEMOCRATIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: TRANSIÇÃO CONSENTIDA?

Outro aspecto que se faz premente destacar é a da “miséria da estratégia” salientada por Anderson (1987, p. 32), como um problema onipresente no solo da experiência marxista ocidental na Europa, marcada por um distanciamento no trato das reflexões sobre estratégias e táticas para superação efetiva do capitalismo. O PCB aparenta ter falhado na consecução da Revolução Socialista Brasileira. Houve erros cometidos em momentos cruciais, e que impõem ser reavaliados, uma vez que forraram o terreno de onde emergiram e se encorparam as forças contrarrevolucionárias responsáveis pela sangria de 21 anos que extenuou o povo brasileiro e cujas síndromes até hoje reverberam.

A nosso ver, a aliança com a frente pequeno-burguesa, materializada no apoio a João Goulart, a recusa à luta armada, entre outros fatores, implicaram na dispersão do movimento comunista em solo nacional. O fracionamento em uma miríade de organizações paralelas ao PC, com baixos recursos humanos, capenga aparato bélico (se comparado ao do Exército) e, principalmente, exíguo esteio financeiro (o que forçava seus membros a realizarem assaltos a bancos, operações demasiado custosas), foi processo decisivo para o degrading da pujança da esquerda militante, deveras empenhada na transformação radical do regime no país.

A recusa à luta armada pelo PCB, com efeito, expressava sua linha de continuidade com a posição “tático-programática” por ele assumida antes do golpe de abril de 1964. De caráter substancialmente reformista, fincada num pacto de comprometimento com a luta nacional-democrática, e encampada, num primeiro momento, pela entusiasmada fração industrial da burguesia brasileira, essa via tomada pelo Partido encontrou seu tiro de misericórdia com a deflagração da contrarrevolução, militarmente dirigida, em meados da década de 1960.

É a partir desse contexto que podemos entender as razões que levaram determinados segmentos da esquerda radicalizada a deliberarem pela “luta armada”. Dentre outros fatores, a consecução de tal modo de enfrentamento atendia a um dos principais imperativos que rondava os agrupamentos revolucionários no período, a saber, a necessidade, tornada premente após o golpe de 1964, em abrir uma via alternativa ao reformismo pecebista. Via esta capaz de mover as massas trabalhadoras no sentido da mobilização política frente ao cruento aparelho burguês-militar de repressão recém-instituído.

Em parte como meio de ostentar a recusa categórica ao marasmo impresso pela política aliancista do PCB sobre o movimento operário e em parte estimulado pela recente vitória da revolução cubana (1959), o suceder dessa linha de ação, muitas vezes, acabou superestimando o papel da luta armada no processo revolucionário em curso, culminando num certo isolamento em relação à necessária participação da classe trabalhadora no mesmo. Na análise de Ruy Mauro Marini:

Em última instância, a desconexão com o movimento de massas e as novas dificuldades para superar esta separação decorrente da repressão governamental levaram a esquerda revolucionária a renunciar ao trabalho imediato de organização de resistência operária e camponesa contra a política de superexploração que o governo aplicava, tomando o foco guerrilheiro como tarefa política central (MARINI, 2017, p.226).

Nesse movimento, em vez de conceber a irrupção do foco guerrilheiro ou da ação armada no ambiente urbano como um importante “auxílio” - inextricavelmente ligado à mobilização popular mais ampla -, a esquerda beligerante não claudicou frente a seu diagnóstico acerca das formas de luta demandadas pela condição concreta do momento, levando, assim, a cabo seu enfrentamento direto e heroico com as forças repressivas do regime. O desfecho trágico que tivera esse processo sobre a esquerda comunista no Brasil, no entanto, atesta a necessidade de se refletir sobre a eficácia de tal estratégia.

Após isso, extirpados os principais rebentos sociais da “ameaça comunista”, dá-se início ao processo de transição lenta, gradual e segura. Neste contexto, décadas de 1970-80, alvoram-se novos agrupamentos políticos, entre eles o Partido dos Trabalhadores (PT), sobre os escombros das organizações marxistas de vanguarda - a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Comando de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), a Organização Marxista Política Operária (POLOP) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), para citar

alguns nomes. Essas foram pavorosamente desmembradas pela força prolongada do Estado de contrainsurgência.<sup>6</sup>

Isto posto, uma pergunta que não quer calar se precipita: a virada da esquerda para a disputa partidária sinalizava, no transcurso das décadas de 1980-90, uma adaptação estratégica do movimento revolucionário, ainda comprometido com a suplantação do modo de produção capitalista, ou registrava uma rotunda eliminação da luta socialista do horizonte político?

O cientista político Fabrício Pereira da Silva (2011), pode atualizar algumas indicações nessa esteira. Deslindando o desencadeamento da implementação da política econômica neoliberal na América Latina, subscreve que essa metamorfose que assolou a esquerda variou entre os países do continente. Na Venezuela, por exemplo, Hugo Chaves prosseguiu numa linha, conquanto subsumida nos liames da “democracia constitucional”, ainda preenchida por nítidas aspirações revolucionárias. Diferentemente do caso brasileiro, em que o PT se alçava à revelia da “esquerda militante clássica”.

Ao longo dos anos 80, o partido apresentou-se claramente como anticapitalista. No entanto, desde sua primeira campanha presidencial de 1989, o PT começou a destacar o impacto do neoliberalismo e a sua crescente centralidade como adversário a ser enfrentado [...] Pode-se considerar que o movimento de transição de um anticapitalismo a um antineoliberalismo no PT, iniciado moderadamente no final dos anos 1980, teve sua virada nesse momento [eleições de 1994, e a derrota de Lula para FHC]. (SILVA, 2011, p.171).

## 7. MARXISMO E CRISE

Decerto, a relação existente entre materialismo histórico-dialético e crise é íntima, porém, complexa. O marxismo, diferentemente das outras tradições de pensamento, tem na crise social o seu primordial húmus de teorização e ação. Isto porque concebendo a realidade do atual sistema de produção e sociabilidade como fundada em tendências contraditórias insuprimíveis (por exemplo, entre acumulação de capital e trabalho), pressupõe que aí resida a condição necessária para a sua própria negação. Veja bem, condição necessária, mas não suficiente. Postulado que não descarta, de modo algum, a premência de se construir a revolução social definitivamente transformadora, isto é, capaz de realizar concretamente a tripla operação dialética: eliminar, conservar e elevar.

<sup>6</sup> Num balanço geral, todos agrupamentos então mencionados contaram com a *força desintegradora* da sistemática repressão ditatorial. Atuando na clandestinidade, a maior parte deles foi praticamente dizimada. Caso, por exemplo, da VAR-Palmares, VPR, COLINA, cujos membros ou foram assassinados em disputa direta com o Exército, ou foram capturados, torturados, e desaparecidos. Outras, após sucessivas baixas, tiveram seus componentes dispersos em organizações paralelas.

Para a filosofia da práxis, tratar teoricamente um problema implica em tratá-lo concomitantemente do ponto de vista político. Não há uma dissociação real entre essas duas instâncias. Uma vez que a teorização ingênua (ou seja, que se acredita isenta de consequências políticas) corrobora politicamente a classe burguesa que anuncia ser o capitalismo o fim da história.

Nessa perspectiva, cumpre lembrar que os embates teóricos conservam, em última instância, confrontos de classes, cujos interesses materiais distintos fazem avultar visões de mundo antípodas e rivais. É puro idealismo idílico, ou oportunismo positivista, a tentativa de suspender a produção intelectual do bojo da luta de classes. Não que exista um *causalismo mecânico* entre tais processos, mas que ambos se passam nos interstícios de uma mesma totalidade social, esta entendida como uma ‘unidade de distintas determinações’.

É lastimável, sem dúvida, quando as demandas culturais da classe trabalhadora coincidem com as necessidades (conjunturais ou estruturais) da classe expropriadora. Quiçá, seja este o triunfo-mor aspirado pelas armações ideológicas. A saber, homologar intelectualmente os contingentes condenados a viver da venda de sua força de trabalho aos desideratos da reprodução do capital.

Ademais, as questões candentes que hoje demonstram povoar a ordem do dia dos discursos críticos, urgem ser abordadas sob o ponto de vista da totalidade, da dialética, da luta de classes, em suma, do materialismo histórico. A valer, se os marxistas clássicos não aprofundaram tal investimento teórico, não fora, certamente, por uma suposta incompatibilidade intrinsecamente existente entre as temáticas ora suscitadas (colonialismo, racismo, feminismo etc.) e as premissas orientadoras do materialismo histórico.

Não há nada mais iníquo e incongruente do que a assertiva segundo a qual o marxismo está intransponivelmente obsoleto. Enquanto existir o capitalismo (independente de qual fase se encontre), a lógica dialética, isto é, a lógica que prima pela investigação das contradições concretas aplicada à compreensão e à explicação dos fenômenos sociais e históricos, também há de persistir.

Com efeito, a pletera essencial de uma teoria crítica do colonialismo (cultural), ou, em outras palavras, a edificação de uma teoria histórico-materialista da colonialidade tem por fundamento seminal o resgate dos trabalhos de autores genuinamente brasileiros, como Alberto Guerreiro Ramos (sobretudo, em sua “A Redução Sociológica”), Darcy Ribeiro (em sua “Teoria do Brasil”, por exemplo), Álvaro Vieira Pinto (em seu “Sociologia dos Países

Subdesenvolvidos”), bem como os estruturadores da Teoria Marxista da Dependência (Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, entre outros).

## 8. CONCLUSÃO

Como vimos, intentou-se preludiar um balanço da trajetória das vicissitudes do marxismo no Brasil, limitando-se à análise de alguns dos principais momentos históricos da política e atuação do Movimento Comunista e nos restringindo especialmente à ação do PCB.

A valer, por mais instigante que seja refletir sobre as razões objetivas que impossibilitaram o sucesso da revolução socialista em território nacional, o eixo do texto consistiu em compreender como se deram historicamente certos fundamentos da crise do marxismo no Brasil. Ao fazê-lo, almejou esclarecer a suposta relação existente entre, de um lado, “crise do movimento comunista na persecução da revolução socialista” e, de outro, “declínio do marxismo da condição de teoria dialeticamente vinculada à prática política”.

O ponto de partida do diagnóstico foi conceber o marxismo como um “método de análise e um método de ação”. Assim, tornou-se mais suscetível observar como “graves” os momentos em que a práxis inerente ao sistema de pensamento marxista se encontrara mais afastada da dinâmica orgânica dos movimentos trabalhadores, não cumprindo suficientemente o papel de “conduzir” e “elevar” as paralisações por melhores salários e menores jornadas de trabalho (como os acontecimentos grevistas de 1968, no Brasil) ao patamar de mobilização revolucionária, isto é, de força direcionada à destruição progressiva da base de sustentação do regime capitalista.

Entendido como tal, é possível constatar como o complexo devir atravessado pelo marxismo no país esteve marcado por oscilações. Do auge de uma extrapolação acadêmica do mesmo – como representado pelo Seminário Marx (1958) e os influxos que exercera sobre o núcleo formativo da USP –, ao suprassumo do espírito de sacrifício que movera os agrupamentos engajados na luta armada contra a ditadura a partir do final da década de 1960, o marxismo, inegavelmente, esteve presente na vida política brasileira.

No mais, o lento processo de ‘descompressão’ da força repressiva encampada pelo aparelho estatal sobre a sociedade civil, que passa a adquirir contornos a partir do último lustro dos 1970, e vindo a culminar na fase de transição democrática dos 1980, trouxera por saldo geral o dismantelamento de praticamente toda a espinha dorsal do movimento

comunista brasileiro. Soma-se a esta derrota interna o definhamento induzido que recaía sobre a União Soviética, outrora a principal insigne de contraposição ao capitalismo mundial.

Após a dissolução paulatina do PCUS (partido comunista da união soviética), o PCB, assim como demais satélites espalhados mundo à fora, se viu em orfandade. Nesta atmosfera, a lânguida propensão reformista que permeou o Partido desde seus primórdios foi mais uma vez renovada na tessitura histórica dos fins da Guerra Fria, da abertura econômica e política da União Soviética e, como dito, no contexto nacional, momento em que se ensaiava a liberação para uma “democracia racionada”.

Com a perestroika, o PCB deu continuidade à sua perspectiva democrática como forma de alcançar o socialismo. Na medida em que a crise do socialismo internacional se aprofundava, o conceito de democracia ia aparecendo cada vez mais no discurso pecebista. As formulações da democracia como valor universal decorrentes da influência da crise internacional do socialismo já apareciam formuladas em documentos de militantes como Carlos Nelson Coutinho em 1980 e já traziam os primeiros ares da crise do socialismo na URSS (DIAS, 2002, p. 27-28).

Em conjunto, tais eventos, além de outros aqui não suscitados, compuseram o terreno sobre o qual se erigiu o “eclipse” do marxismo e, por tabela, do projeto de sociedade e modo produtivo por ele aspirado. Cabendo-nos questionar através da investigação minuciosa a validade histórica de tais enunciações pretensamente fatalistas, cujo pressuposto é legitimar a fase de predominância do contraditório modo capitalista de produção e organização social como “fim da história”.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **A Crise da Crise do Marxismo: introdução a um debate contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Origens do Marxismo Filosófico no Brasil: José Arthur Giannotti nos anos 60**. In: MORAES, João Quartim de (Org.). **História do Marxismo no Brasil: Influxos teóricos**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007. p. 127-186.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Gramsci no Brasil, recepção e usos**. In: MORAES, João Quartim de (Org.). **História do Marxismo no Brasil: Teorias. Interpretações**. 2. ed. Campinas, Sp: Unicamp, 2007. p. 151-193.

DEL ROIO, Marcos. **Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940)**. In: RIDENTI, Marcelo; e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**, vol. V. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

DIAS, Rodrigo. **A esquerda brasileira no contexto do fim da Guerra Fria**. 2002. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3460/000338860.pdf?sequence=1> . Acesso em: 25 set. 2019.

FÁVERO, Maria de Lourdes. **Da universidade "modernizada" à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos**. São Paulo: Cortez, 1991.

FILHO, Antônio Rago. **Gênese e significado histórico do Seminário Marx** [2013, on-line]. Disponível em [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371327709\\_ARQUIVO\\_GeneseSignificadoHistoricodoSeminariodeMarx\\_1958-1964\\_.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371327709_ARQUIVO_GeneseSignificadoHistoricodoSeminariodeMarx_1958-1964_.pdf). Acesso em: 23 jun. de 2019.

FREDERICO, Celso. **A política cultural dos comunistas**. In: MORAES, João Quartim de (Org.). **História do Marxismo no Brasil: Teorias. Interpretações**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2007. p. 337-372.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2017.

PISTRAK, Moisey. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1981. Tradução de Daniel Aarão Reis.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil**. In: MORAES, João Quartim de (Org.). **História do Marxismo no Brasil: Teorias. Interpretações**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007. p. 373-469.

SILVA, Fabrício Pereira da. **Vitórias na Crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

VIEIRA, Sulamita. **Caminhos das ciências sociais na UFC**. Fortaleza: Edições UFC - Memorial da Ufc, 2016.